

## RECENSÕES

**ETHERINGTON, Norman** — *Theories of Imperialism: War, Conquest and Capital*.  
London and Camberra, Croom Helm, 1984, 296 pp.

Poucos conceitos terão tido uma vida tão atribulada desde o início do século como o de «imperialismo». De um dos seus efeitos secundários, a Universidade de Adelaide na Austrália, chega-nos uma utilíssima exposição da longa cauda de significados e mal-entendidos que tem vindo sucessivamente a arrastar. O objectivo desta «historical review» é a eliminação dos falsos debates através da elucidação dos vários contextos em que a palavra foi usada. Etherington insiste num pormenorizado enquadramento de autores e ideias porque na sua opinião o erro crónico nesta questão tem sido tratarem-se «theories as an abstract writings miraculously free from anchorages in space and time».

Assim, ao longo de 12 capítulos são sintetizados os argumentos mais marcantes desde a Guerra Hispano-Americana até às discussões post-Vietnam mas sempre antecedidos das circunstâncias específicas que supostamente os explicam. O método é inatacável embora os resultados nem sempre, porque os seus critérios do que é realmente sintomático da atmosfera que rodeou essas teses são por vezes discutíveis. Saber porque é que Hyndman e a SDF inglesa divergiam dos social-democratas alemães nas vésperas da I Guerra; porque é que Hilferding, Kautsky e R. Luxemburgo, sempre bem informados sobre as novidades teóricas desconheciam as fontes inglesas e americanas; e sobretudo porque é que os jornais financeiros responsáveis pela vulgarização da ideia da «plethora» de capitais e de uma expansão imperialista como seu corolário deixaram de advogar tais políticas depois de 1918, talvez esclarecesse mais do que conhecer pormenores dos entusiasmos sentimentais de Wilshire e de R. Luxemburgo. O relato nunca perde em vivacidade mas o fio da intriga é que esporadicamente se parte, apesar do estilo didáctico que Etherington confessadamente usa.

A primeira novidade é que não foram as diferentes escolas antiimperialistas a inventar a ideia de que os capitalistas beneficiaram com o imperialismo. «Capitalists invented that idea» (p. 7). No fim do século passado, financeiros e economis-

tas americanos, ingleses e alemães começaram a convergir no diagnóstico e terapêutica das crises capitalistas: 1) a centralização de capital que leva aos cartéis e trusts imploca uma massa excedentária de capitais impossível de ser investida internamente sob pena da baixa da taxa de lucro; 2) as áreas de investimento externo tornaram-se uma necessidade vital e deveriam ser protegidas diplomática, alfandegária e militarmente pelos respectivos Estados. Ora o que da parte dos capitalistas aparecia como recomendações de política aos seus governos foi depois transformado por socialistas e liberais anti-imperialistas numa teoria explicativa do que estava a acontecer e aconteceria num futuro próximo. Esse mecanismo ocorreu primeiro com Wilshire e Hobson e mais tarde com Hilferding, Brailsford, Lenin, Schumpeter e outros. Desta fase dos estudos sobre o imperialismo Etherington põe em evidência o seu carácter não historiográfico: nenhum dos autores (depois ditos clássicos) que escreveu até ao fim da I Guerra pretendia explicar o que quer que fosse dos séculos anteriores, século XIX incluído, mas sim descrever e alertar para a escalada de protecctionismos e conflitos inter-europeus de que eles estavam a ser espectadores desde cerca de 1898.

O fim da guerra trouxe uma mudança não só de objectivos como do próprio tema do debate. A partir de L. Woolf, as teorias do imperialismo transformaram-se em «teorias do Império», estudos pró ou contra a existência dos impérios coloniais, o que era algo de radicalmente novo mas que continuava a usar o primeiro grupo de autores como ponto de referência. Passou-se a atribuir-lhes a tese de que a expansão colonial dos séculos anteriores, e em especial a partilha de África teria tido como motivações as que eles tinham dado para as rivalidades pré-1914, embora para quase todos a política colonial representasse apenas um aspecto não essencial do imperialismo e todos tivessem querido prever e não historiar. As novas escolas rivalizaram a partir de então na tarefa de demonstrar ou refutar a concordância de teorias com factos para os quais não tinham sido elaboradas, com especial relevo para o que Etherington chama a tradição Round Table: os historiadores mais ou menos comprometidos com interesses do Império Britânico, muitos dos quais ex-bolseiros das Fundações de C. Rhodes ou A. Beit.

A descolonização após a II Guerra contribuiu mais ainda para descentrar o problema. A tradição Round Table viu-se reforçada com a abertura de muitos arquivos coloniais anteriormente interditos e uma profusão de trabalhos veio trazer um conjunto de boas respostas a perguntas mal feitas, isto é, a inventariação dos móveis do colonialismo victoriano que obviamente nunca poderia ser explicado pela támosa sobre-capitalização. Por seu lado, os críticos afastaram-se a passos ainda maiores dos «primitivos» do imperialismo: a noção chave passou a ser a transferência de excedentes de certas regiões para os pólos do capitalismo desenvolvido, o «desenvolvimento do subdesenvolvimento». «Imperialismo» deixou de estar ligado a uma fase particular da evolução do capitalismo — a política externa da era dos trusts — para se tornar «an appropriate word to describe ali the effects of the expansion of the capitalist system over several centuries» (p. 257). Para os novos mentores desta concepção (Gunder Frank e A. Emmanuel, por ex.) põe-se mesmo a questão de saber se a palavra «imperialismo» conserva alguma utilidade teórica dada a variedade de processos que a expansão europeia revestiu, desde a simples influência comercial até à ocupação militar. Resumindo, «imperialismo» começou por significar a competição inter-europeia (com os E.U. e o Japão como neófitos secundários) por mercados e áreas de investimento; entre as duas guerras

identificou-se totalmente com colonialismo; e nos últimos 40 anos engloba pantagruelicamente a expansão europeia desde o século XV. São portanto 3 temáticas distintas cobertas pelo mesmo significante e daí o diálogo de surdos «as it is to add up apples, pears and oranges».

No último capítulo Etherington tenta evidenciar os vazios que apesar de tudo persistem nesta selva de ideias. Um dos mais importantes é o de saber o que há de historicamente verdadeiro nas primeiras teses sobre o imperialismo (até à I Guerra). Foi ou não a política dos estados beligerantes em 1914 condicionada pelas exigências do grande capital, como alguns economistas advogavam e os socialistas denunciavam? Toda a pesquisa feita a testá-las em situações às quais eram estranhas teve por contrapartida que não fossem experimentadas no seu devido campo. Etherington não o coloca explicitamente mas o problema da exportação de capitais como necessidade decorrente dos cartéis e trusts não está ainda suficientemente esclarecido e é a primeira questão a resolver. Qual a relação entre o grau de cartelização, o proteccionismo e o investimento estrangeiro? Note-se que o maior investidor no estrangeiro até 1914 é de longe a Grã-Bretanha, o país onde a centralização de capitais, as barreiras alfandegárias e a ligação da alta finança à indústria se tinham desenvolvido muito menos que na Alemanha ou nos E.U..

Outra das interrogações é saber se vale ou não a pena salvar do naufrágio a palavra «imperialismo» dada a sua actual polissemia e o seu suspeito cadastro de imprecisões. Quanto a isso, o livro aspira a ser um duplo ponto de partida, empírico e teórico. Propõe-se reorientar os trabalhos de arquivo em ordem a problemas correctamente re-equacionados ao mesmo tempo que estimula a elaboração conceptual com um zelo que Max Weber decerto subscreveria. Se só por isso este estudo já seria muito útil para a renovação dos trabalhos, a sua inegável erudição (que inclui a historiografia alemã e francesa com a curiosa lacuna de não referir Samir Amin) e a redescoberta que faz de autores hoje injustamente esquecidos (Wilshire, Brailsford e outros) vem torná-lo indispensável.

*Maciel Morais Santos*

**VIDA DE S. TEOTÓNIO — Prefácio, tradução do latim e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Edição da Igreja de St.<sup>a</sup> Cruz, 1987.**

A Hagiografia medieval, ordenada para a narração da vida dos santos, era, essencialmente, uma literatura religiosa, de edificação e espiritualidade. Mas não se pode esquecer que ela era também, nessa época europeia de cristandade generalizada, e principal vínculo da literatura, enquanto exercício das letras. Nesse tempo, em que tão pouca gente sabia escrever, não havia, propriamente, uma cultura laica, e, por isso, a hagiografia, como tal, era sobretudo cultivada nos mosteiros e casas religiosas. Pode, portanto, tornar-se como expressão da sociedade medieval nas suas atitudes mentais. Daí que a moderna história cultural e das mentalidades tanto se debruce sobre esses escritos espirituais, maravilhosos e lendários e, às vezes, por isso, tão ingénuos, em que se exprimia a fé e a vida do homem medieval. O nosso historiador Alexandre Herculano percebeu, premonitoriamente, todo este valor cultural da hagiografia, quando na grande colectânea

dos *Portugaliae Monumento. Histórica, Scriptores*, incluiu os relatos da vida de algumas figuras religiosas ligadas aos primórdios da nacionalidade portuguesa. Entre elas, sobressai S. Teotónio, natural de Ganfei, Valença do Minho, mas educado em Coimbra, certamente confiado aos cuidados do tio materno, D. Crescónio, bispo dessa cidade. Após uma curta estadia em Viseu, foi eleito primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra dos Cónegos Regrantes do Santo Agostinho, e aí se ligou à obra do rei D. Afonso Henrique, cuja morte chegou a prever. Tornou-se, por isso, uma figura de grande influência nos começos de Portugal, pelo que a sua biografia é não somente um modelo e incentivo de perfeição cristã mas, igualmente, um testemunho de empenhamento na vida da sociedade portuguesa. Certamente, foi com esse alcance que a escreveu em latim um seu discípulo anónimo. Contudo, ao descobri-la no *armário* de Santa Cruz, Alexandre Herculano soube valorizá-la publicando-a. Aliás, ela era já conhecida desde o séc. XIV quando, com alguns acréscimos, se fez uma tradução portuguesa. Depois, em 1668, D. Nicolau de Santa Maria traduziu-a e ampliou-a na sua *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes*. E esta, sem dúvida, a mais citada e a mais apologética das biografias de São Teotónio: todavia enferma numa visão demasiado fantasista, pois D. Nicolau de Santa Maria desenvolveu sem discrição nem critério, como alvitra o Prof. António Cruz na sua tese de doutoramento, dados colhidos por D. José de Cristo, ou Bertandos, no séc. XVI, quando era arquivista de Santa Cruz e elaborou o respectivo inventário documental. A última edição da vida de S. Teotónio em Português era a de D. Joaquim da Encarnação, em 1764, com adições e que teve uma segunda edição em 1855, da qual se fez uma edição *fac-similo* em 1982. Agora, em 1987, por empenhamento da paróquia de Santa Cruz de Coimbra saiu esta edição bilingue a partir do texto latino dos P.M.H., que é o Ms. 52 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Com grande simplicidade e com suficiente cientificidade, a conhecida tradutora quis e conseguiu pôr ao alcance de toda a gente um texto moderno que os críticos podem facilmente confortar com o texto original latino impresso mais abaixo, na mesma página, em caracteres mais pequenos. Fizemos a leitura da tradução portuguesa conferindo-a com o texto latino e, salvo pequenos pormenores de gosto pessoal, não encontramos motivo de divergências. O prefácio e as breves notas finais apontam alguns dados culturais e dão a tal marca de cientificidade a uma tradução que teve em conta a análise crítico-literária do prof. J. Gerald Freire. Em resumo, queremos dizer que saboreámos deveras esta pequena edição de 45 páginas que fomenta o estudo, enobrece o espírito e ajuda à edificação. Achámos que trabalhos desta natureza são particularmente bem vindos para um meio cultural que se abastece muito na estranja, sobretudo a nível das mentalidades, mas desconhece aquilo que é nosso e, afinal, participa da mesma mundividência medieval. Na realidade, a hagiografia medieval é, toda ela, um género literário específico que tem sempre a ver com estereótipos comuns ao pensar e viver daquele tempo nos diversos países europeus. Nesse sentido, a *Vita Sancti Theotonii* é um bom instrumento para o estudo do latim medieval e fornece material aliciante para a pesquisa cultural dos tópicos bíblicos, patrísticos e clássicos. Não deixa, além disso, de apresentar elementos curiosos para o estudo dos primórdios da nacionalidade, sobretudo no que se refere às relações entre S. Teotónio e D. Afonso Henriques.

Da nossa parte, gostaríamos de sublinhar na vida de S. Teotónio a breve mas correcta descrição da geografia palestinense, a quando da segunda viagem do santo

à Terra Santa. Quase podíamos afirmar que o A. ou percorreu ou recolheu com fidelidade a descrição daqueles lugares do itinerário bíblico. Salientaremos ainda, como faz a tradutora, o realismo e visualidade com que o biógrafo descreve a tempestade marítima, sem recurso a referentes da mitologia clássica, e como que antecipando as narrativas da nossa história trágico-marítima. Finalmente, ao darmos conhecimento deste simples mas empenhado trabalho de cultura e fé da Prof.<sup>a</sup> Maria Helena da Rocha Pereira, não queríamos deixar de referir os dois artigos que o Prot. António Cruz escreveu sobre S. Teotónio («O Tripeiro», Série Nova, N.º 11/12, 1987, 347-352; N.º 1, 1988, 17-25).

Geraldo Coelho Dias

MARTIN, José-Luís — LINAGE CONDE, António — *Religión y sociedad medieval. El catecismo de Pedro de Cuellar (1325)*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1987, 254 pp.

Esta obra, cujo aparecimento os medievalistas não podem deixar de saudar com entusiasmo, não só pelo sugestivo conteúdo dos seus três capítulos, mas também e de modo particular por tornar acessível o texto integral do *Catecismo de Pedro de Cuellar (1325)*, reveste-se de especialíssimo interesse para os investigadores portugueses, actualmente preocupados com o *Sacramental* do arcebispo de Val-deiras, saído, na versão portuguesa, dos prelos flavienses de mestre João de Oviedo, em 18 de Abril de 1488.

Se outro motivo não houvesse, bastaria recordar que este *Catecismo* é uma das fontes da obra de Clemente Sanchez de Vercial, como bem observou A. Linage Conde — «La suma final de los pecados con arreglo a los distintos estados de cada uno, de nuestro catecismo de 1325, ha pasado casi literalmente al capítulo 53 del Sacramental» — para suscitar a nossa atenção.

Este *Catecismo*, que se conserva no Arquivo da Catedral de Segóvia, encadernado com as actas de vários sínodos diocesanos medievais, foi redigido por ordem do prelado D. Pedro de Cuellar, na sequência das disposições tomadas no sínodo de 1325, a fim de colmatar as deficiências de formação do clero diocesano de Segóvia. É, assim, o primeiro catecismo em castelhano, até agora conhecido.

A apresentação integral do texto do *Catecismo* é precedida de um extenso estudo, de 168 páginas, distribuído por três sugestivos capítulos. No primeiro, José-Luís Martin traça, de forma magistral, o contexto histórico em que surgiu o texto em análise, intencionalmente elaborado como resposta à situação concreta do clero segoviano, no ambiente de crise geral, que, no final do primeiro quartel do século XIV, já ninguém poderia deixar de reconhecer. No capítulo II, consagrado aos *precedentes* da obra escrita por ordem de Pedro de Cuellar, A. Linage Conde, além de a situar na sequência das exigências reformadoras emanadas do IV Concílio de Latrão, de 1215, que urgia o ensino da Teologia nas escolas catedrálcias e das colegiadas, passa em revista o conjunto de fontes teológicas, teológico-morais e legislativas anteriores, de que o *Catecismo* foi directa ou indirectamente subsidiário. E os casos de incorporação de passagens de obras precedentes ficaram bem comprovados pelos paralelismos estabelecidos entre o *Catecismo* de Cuellar e o fragmento da *Primeira Partida* de Afonso X, que se encontra no códice HC. 397/573 da Hispanic Society of America, de Nova York, quando se tratava de exemplificar o

que se deve entender por pecado venial, e ainda, entre outros, com o *Manuale parochialium* e o *Rationale divinarum officiorum*.

Finalmente, no capítulo III, J. L. Martin procede a uma análise sistemática do conteúdo do *Catecismo*, apoiando a sua exposição em referências documentais objectivas, colhidas no próprio texto.

Pelo que esta obra representa para um melhor conhecimento da história da cultura, das mentalidades e da acção pastoral e reformadora no âmbito da Igreja diocesana de Segóvia, durante o período de mais de um século, decorrido entre o IV Concílio de Latrão (1215) e o ano de 1325, em que foi redigido o *Catecismo*, bem andou a Junta de Casf ilha y Leon em assumir o patrocínio editorial deste volume, que os autores souberam apresentar de forma cientificamente rigorosa, clara e de leitura fácil e atraente.

*J. Marques*

**LINAGE CONDE, António — *Benedictinos en Espana y en Austrália en la restauración monástica dei ochocientos*, s.L, s.d., 259 pp.**

Sob o título em epígrafe o A. reuniu dois longos estudos de história beneditina, campo privilegiado da sua investigação.

O primeiro desses estudos, intitulado *OSB, OAR y un ermitano en la restauración de Valvanera*, que inclui duas grandes partes: *I. De Solesmes a Silos e II. Samos, Austrália, Montserrat*, apareceu na revista «Recollectio» 8-10 (1985-7) 143-220, 291-348 e 175-239, e o segundo, *Benedictinos espanoles e ingleses en la mision de Austrália*, na «*Missionalia Hispânica*», Madrid, vol. 123 (1986) 207-259.

Antes de nos referirmos ao conteúdo destes estudos, cumpre-nos observar que a apresentação formal destes valiosos estudos, até por se tratar da reunião de separatas de publicações periódicas diferentes, além de um frontespício adequado, exigia uma breve nota introdutória, elementos que facilitariam a articulação dos trabalhos em causa e o rigoroso tratamento biblioteconómico.

Feito este reparo, urge salientar que o primeiro destes estudos permite acompanhar as vicissitudes da Ordem de S. Bento, em França e na Espanha, no conturbado século XIX, com particular incidência nas circunstâncias ligadas à restauração de várias comunidades monásticas beneditinas. Assim, podemos verificar como após a exclaustração ocorrida em França, no princípio do século (1803), já em 1833 — ainda antes de idêntica expulsão ter lugar em Portugal (1834) e em Espanha (1835) — se abriam de novo as portas da abadia de Solesmes, cuja progressiva acção cultural, através do restabelecimento científico do canto gregoriano, se fez sentir até aos nossos dias.

Neste estudo, apoiado em abundante bibliografia, Linage Conde esclarece como se processou a restauração dos mosteiros beneditinos galegos de Silos, em 1880, mercê do exílio forçado de alguns religiosos procedentes dos mosteiros congêneres de Ligugé e de Solesmes, e do de Samos, reaberto por alguns dos antigos exclaustrados da província de Valladolid, quarenta e cinco anos depois de terem sido obrigados a abandonarem as suas comunidades.

Tendo explicitado como a reabertura de Monserrat beneficiou da importância do Santuário a ele adjacente, Linage Conde esclareceu como se processou a expansão da Ordem de S. Bento para a Austrália, em 1845.

Da implantação e desenvolvimento desta Ordem restaurada na Austrália ocupou-se o segundo dos mencionados estudos, que, em conjunto, bem podemos designar estudos de síntese, dado o volume de fontes impressas utilizadas pelo autor.

Numa apreciação global, podemos afirmar que o autor com estes dois estudos prestou um excelente contributo para o conhecimento da história beneditina contemporânea em França, na Espanha e na Austrália.

*J. Marques*

DUVAL, Paul-Marie — *Monnaies gauloises et mythes celtiques*, Paris, Herman Editeurs, 1987, 145 pp., il.

Paul-Marie Duval é um dos maiores estudiosos da civilização céltica e um especialista da história dos Gauleses.

As suas sínteses sobre a cultura material, a arte, a religião, constituem peças basilares da bibliografia sobre temas célticos.

Publicou, sobre numismática céltica e gaulesa, mais de uma dezena de trabalhos de investigação, que fizeram dele um dos mais reputados autores da actualidade.

Dá agora à estampa o corolário das suas pesquisas neste domínio: *Monnaies gauloises et mythes celtiques*.

Trata-se de uma obra notável, que introduz novas técnicas de investigação, avança tipologias, desfaz inexactidões, realiza crítica da arte, estabelece princípios e definições importantíssimas.

O livro principia com uma curta introdução à civilização céltica, seguida de uma breve abordagem à sua produção numismática.

O 1.º capítulo, «mensagem cultural», trata da moeda como importante fonte histórica que é. Aqui, o autor apresenta perspectivas sobre as técnicas de fabrico da moeda, sobre o valor dos numismas como fruto da criatividade artística e aborda todo o processo de restituição que o próprio Duval utilizou para a notável síntese que nos apresenta.

Recorrendo a dezenas (por vezes centenas) de decalques e fotografias de moedas de um mesmo tipo, transformadas em desenhos a tinta da china, passados a transparência e sobrepostos, o autor reconstitui o «tipo-base», estuda, relaciona e ordena as variantes e, com o auxílio da fotografia de iluminação oblíqua e da lupa binocular, completa, até ao mínimo pormenor, a descrição e reconstituição do motivo decorativo.

O 2.º capítulo, «Um melhor conhecimento», apresenta-nos os modelos das moedas gaulesas numa perspectiva artística, relacionando-as com o «espírito» da arte céltica. Duval, reconhecendo uma unidade na arte dos celtas, chama a atenção para a sua tendência expressionista, mostrando-nos como a melhor expressão do seu espírito inventivo e criador é a decoração monetária. É aqui, de facto, que a carga mitológica e a capacidade de abstracção atingem o clímax.

«Expressionismo significante», como lhe chama Duval, «aí se encontram figurações interpretáveis graças à mitologia, revelando-nos o que não transparece das fontes escritas» (pag. 15).

O 3.º capítulo, verdadeiro «corpo» da obra, dá-nos, em cerca de 90 páginas, um repositório tipológico, profusamente ilustrado, da numismática gaulesa. O autor intitulou-o «A ressurreição das formas». Partindo do mais simples para o mais complexo, aqui estão os 18 tipos-base, com numerosas variantes, culminando, com os três últimos, naquilo a que Duval chama o «delírio gráfico», o cume da abstracção.

O 4.º capítulo — «A ilustração surpreendente duma cultura refinada» — é a síntese interpretativa de toda a obra. É a interacção dos vários campos do conhecimento, a História, a Numismática, a Arte, a Mitologia, o Real e o Irreal.

Como se torna enorme a dimensão da pequena moeda...

Um léxico e elementos bibliográficos completam este óptimo livro.

Profusamente ilustrado com centena e meia de fotografias e desenhos, impresso em óptimo papel couché, encadernado com capas duras forradas a tecido e com sobrecapa, esta obra é um marco tanto no domínio da numismática como no da civilização céltica.

Um verdadeiro exemplo de método e rigor no tratamento de fontes, consegue estabelecer a perfeita relação entre o homem, o símbolo e o mito.

*J. Maia Marques*